# Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil

ARQUIVO NACIONAL

Aspecto econômico do regime militar foi marcado por alto investimento público e forte endividamento

**Luis Barrucho**

Da BBC News Brasil em Londres

@luisbarrucho >

13 dezembro 2024

Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar decretava o Ato Institucional número 5 (AI-5), o quinto de 17 grandes decretos emitidos durante a ditadura. Era o início da fase que é considerada a mais repressiva do regime.

O período iniciado em 1968 foi marcado pelo fechamento do Congresso Nacional, pela tortura de adversários políticos e pela morte e desaparecimento de mais de 400 pessoas, como indica o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Ainda assim, não é incomum que o período do regime militar no Brasil, entre 1964 e 1985, seja lembrado por alguns com certa nostalgia como um tempo marcado por um forte crescimento da economia, que ficou conhecido "milagre econômico". A economia brasileira nunca cresceu tanto — antes ou depois. A taxa média de crescimento nesse período girava em torno de 10% por ano.

Mas especialistas notam que o regime militar deixou para o país uma herança maldita para a economia, como o agravamento de alguns dos problemas que ainda marcam o noticiário econômico brasileiro, como o endividamento do setor público e o aumento da desigualdade social.

"O governo militar, quando assume em 1964, enfrenta um período de bastante desorganização da economia, com desequilíbrio fiscal, inflação alta e desemprego. Havia um desgaste muito grande do modelo econômico

anterior, com o fracasso do Plano Trienal (para retormar o crescimento econômico). Eles conseguiram modernizar a economia, mas isso teve um alto preço, que acabou sendo pago após a redemocratização, como hiperinflação e dívida externa estratosférica", diz Vinicius Müller, professor de história econômica do Insper, à BBC News Brasil.

## Matérias recomendadas


**Cai premiê de Portugal: o escândalo com cassinos que derrubou Luís Montenegro**

**Como Trump ajudou a aumentar popularidade da presidente de esquerda do México**

**Consignado CLT: as regras do novo tipo de crédito lançado pelo governo Lula**

**Medo me ensinou que eu era capaz de algumas coisas na vida, diz Tom Zé**

Mesmo serviços públicos, como a educação eram restritos e sofreram uma clara erosão de investimentos do Estado. O desenvolvimento da indústria, por outro lado, se deu à custa de muito endividamento público. A dívida externa brasileira cresceu em mais de 30 vezes. Se o PIB cresceu como nunca, a repressão limitou o poder de barganha dos sindicatos, e o salário dos trabalhadores amargou duas décadas de reajustes abaixo da inflação.

A BBC News Brasil analisou os dados do período e entrevistou historiadores, economistas e sociólogos em busca de um raio-x do legado socioeconômico do regime militar. Veja os principais pontos.

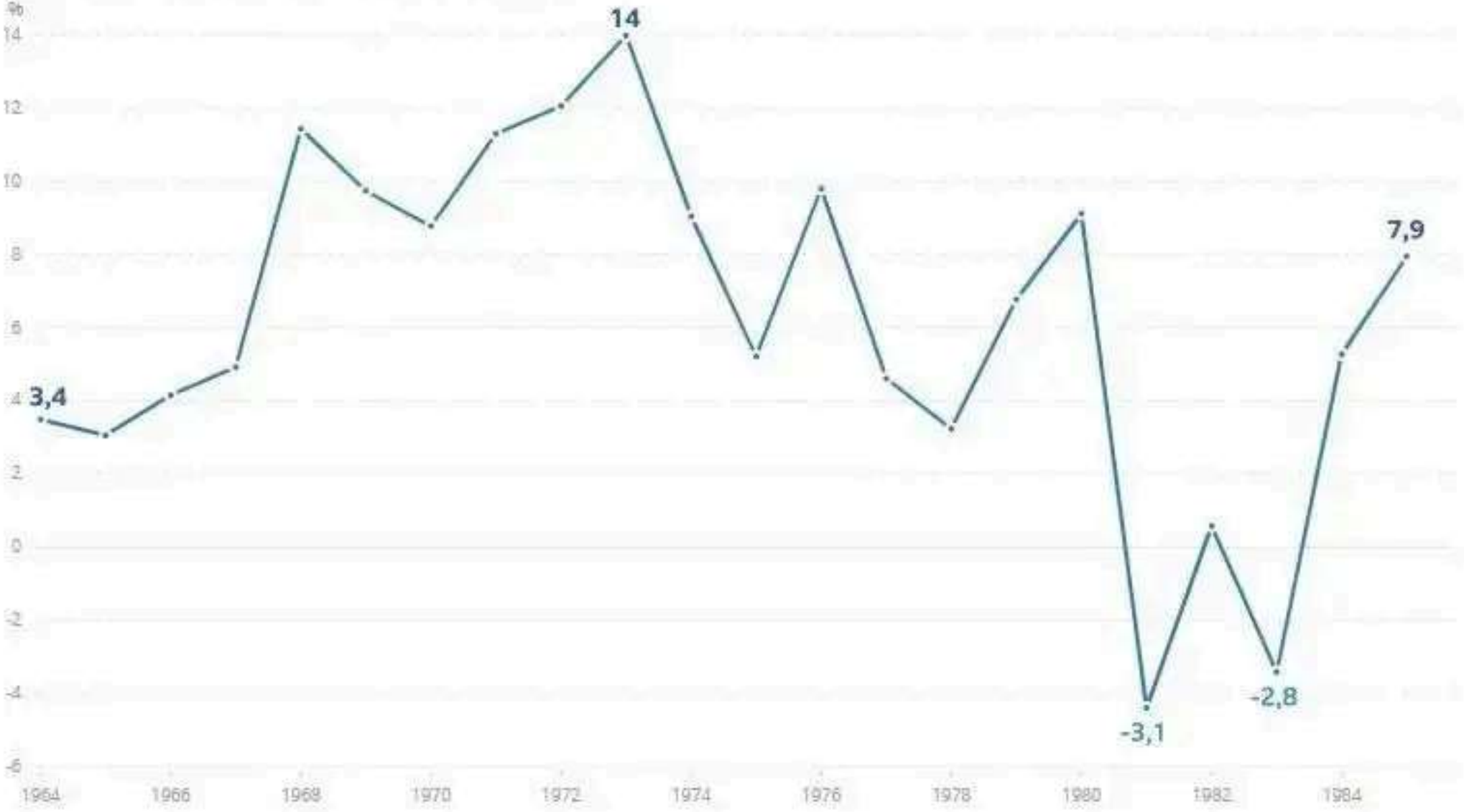
# Havia menos corrupção?

Pouco se ouve falar em corrupção durante a ditadura. Mas isso quer dizer que ela não existiu?

O ambiente do regime militar era "ideal para práticas corruptas", segundo o professor Pedro Henrique Pedreira Campos, do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e autor do livro Estranhas Catedrais: As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-militar, 1964-1988, que analisa mais profundamente essa relação.

"Os mecanismos de fiscalização eram inexistentes ou estavam amordaçados: a imprensa, a oposição política, o Parlamento. As próprias instituições do Estado, como Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário, sofreram forte limitação na sua atuação naquele período", diz Campos.

## Crescimento do PIB em % (1964-1985)




Fonte: Banco Mundial

BANCO MUNDIAL COM ELABORAÇÃO BBC

Campos lembra, ainda, que "mesmo com todo esse amordaçamento dos mecanismos de fiscalização, alguns casos vieram à tona, principalmente no período da transição política, e foram denunciados publicamente".

É o caso, por exemplo, do Relatório Saraiva, que envolve a suposta cobrança de propina por parte de Delfim Netto, então ministro da Fazenda, em obras de engenharia e financiamento para equipamentos de usinas hidrelétricas. Delfim sempre negou a acusação.

"O próprio SNI (Serviço Nacional de Informações), o órgão de espionagem da ditadura, flagrou alguns ministros, empresários e agentes públicos cobrando propina e recebendo recursos ilegais por parte de empresas para ter favorecimentos", diz.

"Não é porque tínhamos menos notícia de corrupção que havia menos (atos de corrupção). Pelo contrário, tudo aponta que a corrupção era deliberada. O que a gente conhece e que veio a público provavelmente é a ponta do iceberg das irregularidades que foram cometidas naquele período. É uma pena que exista um desconhecimento de grande parte da população em relação a isso", conclui Campos.

## 'Crescimento chinês' e Estado na infraestrutura

De fato, o PIB brasileiro (Produto Interno Bruto, ou a soma de todas as riquezas produzidas) cresceu muito durante o governo militar. No início do regime, o crescimento foi baixo por conta das medidas tomadas para

conter a inflação, que chegava a quase 100% ao ano.

Mas, a partir de 1968, a economia deslanchou. Inaugurava-se um período de cinco anos que ficou conhecido como "milagre econômico", quando o país cresceu a taxas elevadas e sem precedentes.

Em 1973, no auge do "milagre", o PIB cresceu 14%.

Imagine se toda essa riqueza acumulada fosse dividida igualmente por toda a população brasileira. É o chamado PIB per capita, que não considera a desigualdade, mas dá uma primeira ideia da evolução no período. Foi de US$ 261 em 1964 para US$ 1.643 em 1985.

Em 1964, um brasileiro ganhava, em média, o equivalente a 17% da renda recebida por um típico cidadão americano. Já em 1978, a renda média do brasileiro passou a corresponder a 28% a do americano. O problema era que nem todos recebiam igual fatia do bolo.

"Os militares alcançaram resultados bem positivos do ponto de vista econômico na primeira metade do

**Novo podcast investigativo: A Raposa**

Uma tonelada de cocaína, três brasileiros inocentes e a busca por um suspeito inglês

Episódios

regime: conseguiram controlar a inflação (em um primeiro momento), aumentaram a produtividade da economia, modernizaram a máquina pública e o parque industrial. Além disso, fortaleceram o Estado, que passou a ter um protagonismo significativo nos investimentos em infraestrutura", diz Guilherme Grandi, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP).

A taxa de investimento público em relação ao PIB passou de quase 15% em 1964 para 23,3% em 1975.

"Mas como isso foi feito? Foi feito em um ambiente autoritário, à custa de muitas vidas", ressalva.

ARQUIVO NACIONAL

Ditadura militar achatou salário dos trabalhadores

# Emprego, obras públicas e financiamento internacional

Com esse crescimento, também vieram mais empregos, especialmente na indústria.

Em 1965, o setor empregava 2 milhões de pessoas. Vinte anos depois, em 1985, 3,5 milhões.

A inflação também caiu. Foi de 92% em 1964 para 15,6% em 1973.

Mas como isso foi possível? Houve uma combinação de fatores.

Os militares incentivaram a entrada do capital estrangeiro, estimularam exportações e implementaram medidas para proteger o investimento financeiro, como a correção monetária. Foram feitas reformas fiscais, tributárias e financeiras.

"A criação do Banco Central (1964), que administra nossa política monetária, data desse período", lembra Grandi, da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP).

O governo também apostou em grandes obras. Vieram a Ponte Rio-Niterói, a mega usina de Itaipu, usinas nucleares de Angra, polos petroquímicos e Rodovia Transamazônica (até hoje não concluída).

Mas grande parte desse "milagre" só foi possível graças ao dinheiro internacional. Era uma época de crédito farto no exterior. O capital estrangeiro chegou ao Brasil tanto pelas chamadas multinacionais, que

encontraram no nosso país um ambiente mais favorável, quanto por empréstimos tomados de instituições internacionais.

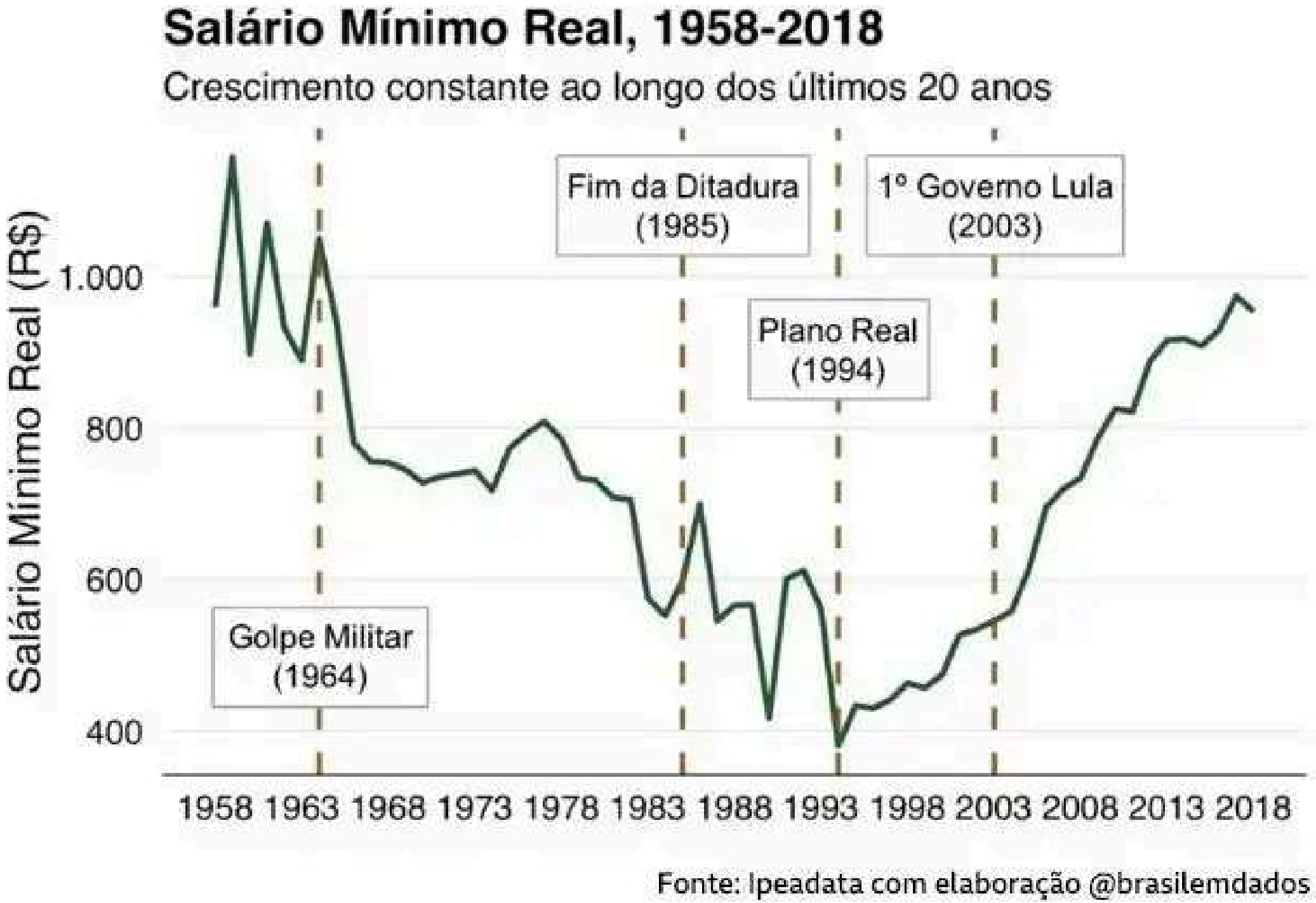
ARQUIVO NACIONAL

Os militares investiram ainda num programa de desenvolvimento do parque industrial. A Zona Franca de Manaus, por exemplo, foi formada nessa época, com isenção de impostos às empresas que por lá se estabeleciam. A ideia era substituir importações, ou seja, incentivar a produção nacional de bens que vinham sendo importados com um alto custo em dólar à balança comercial externa.

E para quem defende uma economia com forte controle estatal, não faltaram exemplos durante a ditadura. Ao todo, 274 estatais foram criadas durante o governo militar, como Nuclebrás (energia nuclear), Infraero (aeroportos) e Telebras (telefonia).

O crescimento durante a primeira metade do regime militar aumentou a oferta de postos de trabalho, que por sua vez ajudou a expandir o consumo interno.

A fartura de emprego atraiu muita gente das zonas rurais, inchando as cidades, que não estavam preparadas para receber esse excedente populacional. Em 1960, mais da metade da nossa população vivia no campo. Já no fim da ditadura, sete em cada dez brasileiros já moravam nas cidades.


Salário Mínimo Real, 1958-2018
Crescimento constante ao longo dos últimos 20 anos
Salário Mínimo Real (R$)
1.000
800
600
400
Golpe Militar (1964)
Fim da Ditadura (1985)
Plano Real (1994)
1° Governo Lula (2003)
1958 1963 1968 1973 1978 1983 1988 1993 1998 2003 2008 2013 2018
Fonte: Ipeadata com elaboração @brasilemdados

# Arrocho salarial e enfraquecimento dos sindicatos

Mas a conta do milagre não saiu nada barata. No início da ditadura, a inflação foi controlada, mas às custas das classes mais baixas, dos trabalhadores. Os salários foram achatados, já que foi mudada a fórmula que reajustava os salários pela inflação.

No governo militar, os trabalhadores tiveram aumentos salariais que eram insuficientes para recompor as perdas causadas pela elevação dos preços, reduzindo o poder de compra.

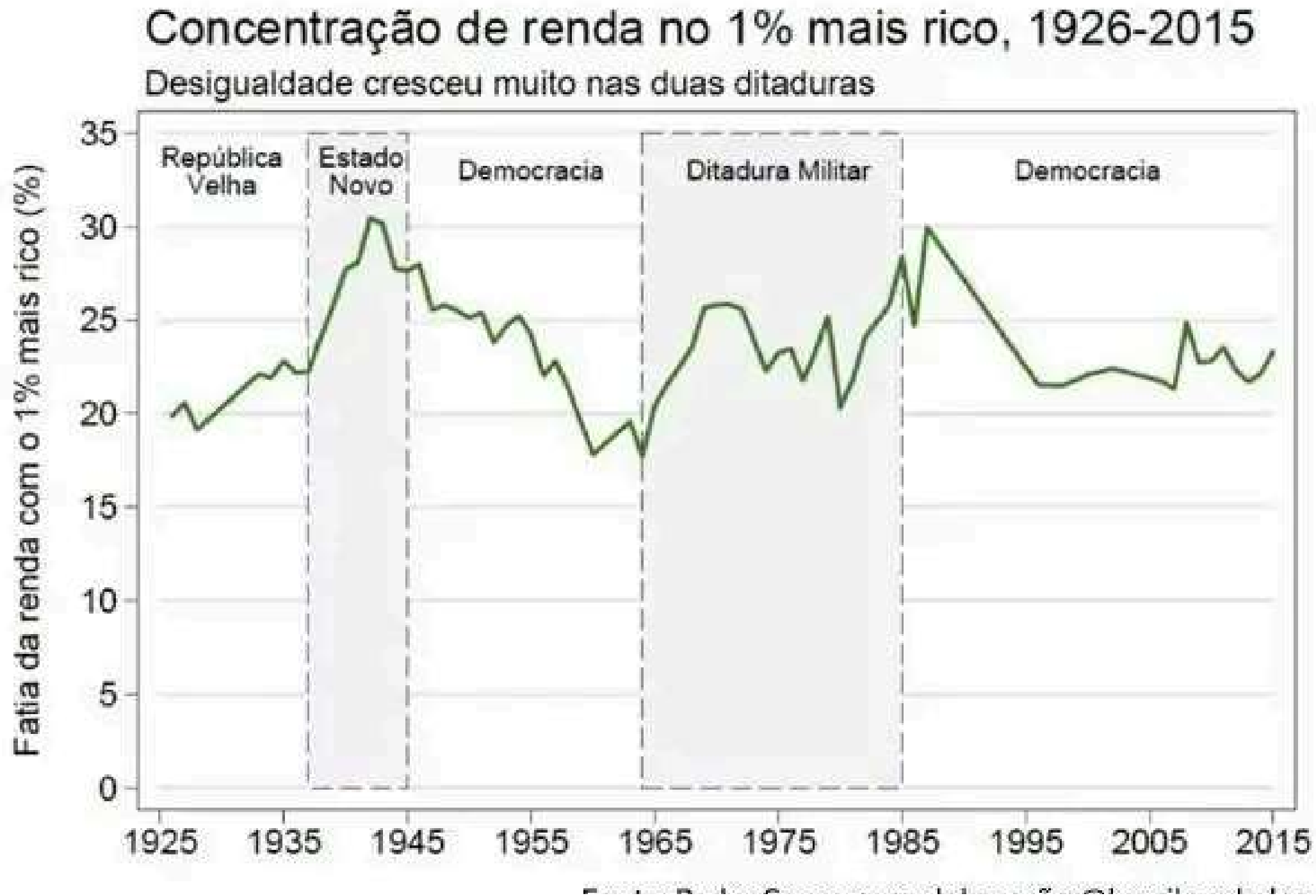
Entre 1964 e 1985, o salário mínimo caiu 50% em valores reais, ou seja, já ajustados pela inflação. Foram precisos 30 anos para recuperar o poder salarial dos mais pobres.

Esse arrocho salarial aconteceu em parte como resultado da intervenção dos militares sobre os sindicatos, o que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários. Muitas dessas associações foram desmanteladas. Vários dirigentes sindicais foram presos ou substituídos por simpatizantes do regime.

O achatamento dos salários diminuiu o custo de mão-de-obra. Além disso, foi reduzida a alíquota máxima do Imposto de Renda, beneficiando os mais ricos, e concedidas várias isenções fiscais ao empresariado.

Foi criada a chamada correção monetária, um instrumento que protegia os investimentos da inflação e favoreceu mais quem tinha dinheiro para investir no mercado financeiro.

"Os trabalhadores foram os grupos mais fragilizados para disputar politicamente esses ganhos. Houve uma resposta muito agressiva contra eles", diz Müller, do Insper.


Concentração de renda no 1% mais rico, 1926-2015
Desigualdade cresceu muito nas duas ditaduras
Fatia da renda com o 1% mais rico (%)
35
30
25
20
15
10
5
0
República Velha
Estado Novo
Democracia
Ditadura Militar
Democracia
1925
1935
1945
1955
1965
1975
1985
1995
2005
2015

Fonte: Pedro Souza com elaboração @brasilemdados

SOUZA (2018) COM ELABORAÇÃO @BRASILEMDADOS

Desigualdade cresceu nas duas ditaduras

# Riqueza na mão de poucos

Na visão dos militares, era "preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo". A frase, que se tornou célebre, foi dita por Delfim Netto, ministro da Fazenda de 1967 a 1974 e considerado o "pai" do milagre econômico. Não era a única teoria econômica que embasava o desenvolvimento em diferentes partes do mundo, mas foi a que prevaleceu no país.

As medidas implementadas, no entanto, acabaram também acentuando a desigualdade social de uma forma nunca vista, aumentando enormemente a concentração de riqueza.

Em 1964, o 1% mais rico da população detinha entre 15-20% de toda a renda do país. No fim da ditadura, passou a controlar quase 30%, como mostra um estudo conduzido por Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da UnB.

Souza usou dados do Imposto de Renda, seguindo a mesma metodologia do economista francês Thomas Piketty, conhecido por ampliar as discussões sobre desigualdade social no mundo com seu livro *O Capital no Século 21* (2014).

"Meu estudo mostrou que a desigualdade não foi consequência do milagre econômico, mas se acentuou antes desse período, com as decisões do governo militar que jogou a conta do ajuste no colo dos trabalhadores", diz Souza à BBC News Brasil.

O especialista lembra ainda que os militares acabaram com a estabilidade após dez anos de serviço, regra que valia no setor privado. Em contrapartida, criaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"O governo arranjou um motivo político para acabar com a estabilidade e criou um mecanismo de poupança forçada para subsidiar empréstimos para financiar setores escolhidos. Ficou mais barato para as empresas demitirem. Ou seja, antes do reajuste anual, vários funcionários eram demitidos e recontratados logo depois. E a rede de proteção social do Brasil daquela época era quase nula", explica Souza.

## O choque do petróleo de 1973

A trajetória de crescimento do PIB do Brasil começou a mudar em 1973, quando o Brasil e o mundo se surpreenderam com o primeiro choque do petróleo. Os países árabes exportadores de petróleo acertaram um embargo direcionado às nações que eram vistas como apoiadoras de Israel.

Como consequência imediata, o preço do barril de petróleo quadruplicou, afetando países importadores, como o Brasil. O crédito, que antes era farto, ficou de repente escasso. A economia brasileira, tão dependente de empréstimo estrangeiro, passou a enfrentar dificuldade. A rolagem da dívida externa teve de ser feita a juros mais elevados.

Lembram-se do crescimento de 14% em 1973? Ele caiu para 9% no ano seguinte e 5,2% em 1975.

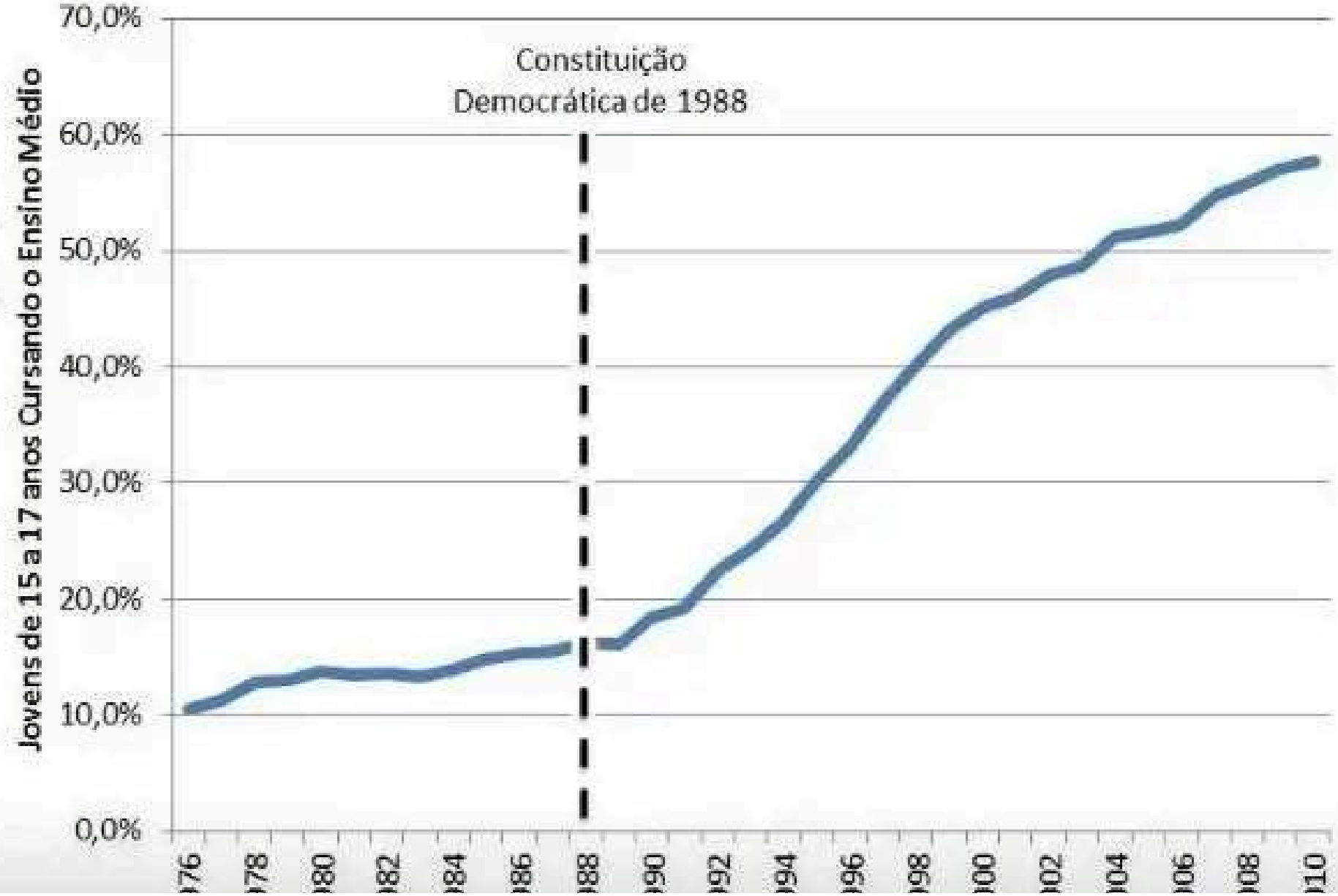
Mas os militares decidiram não abrir mão do modelo econômico. Eles defendiam que o país deveria continuar crescendo a qualquer custo.

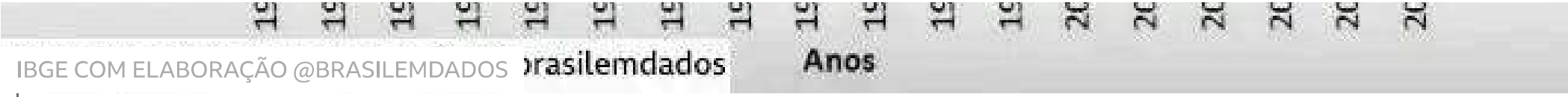
A opção foi continuar se endividando. Não esperavam, porém, uma nova piora do quadro externo.

Em 1979, houve uma segunda crise do petróleo. O Irã, então segundo maior produtor mundial, cortou a venda e a distribuição da matéria-prima, devido à Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini. O preço médio do barril explodiu. Mais um golpe à economia brasileira.

Mudança de rumo? Não, o Brasil decidiu continuar a se endividar.

**Jovens com idades entre 15 e 17 anos cursando o Ensino Médio (idade adequada)**
**Brasil, 1976-2015.**






IBGE COM ELABORAÇÃO @BRASILEMDADOS

Mais estudantes passaram a frequentar Ensino Médio com democracia

# Menos dinheiro para a educação

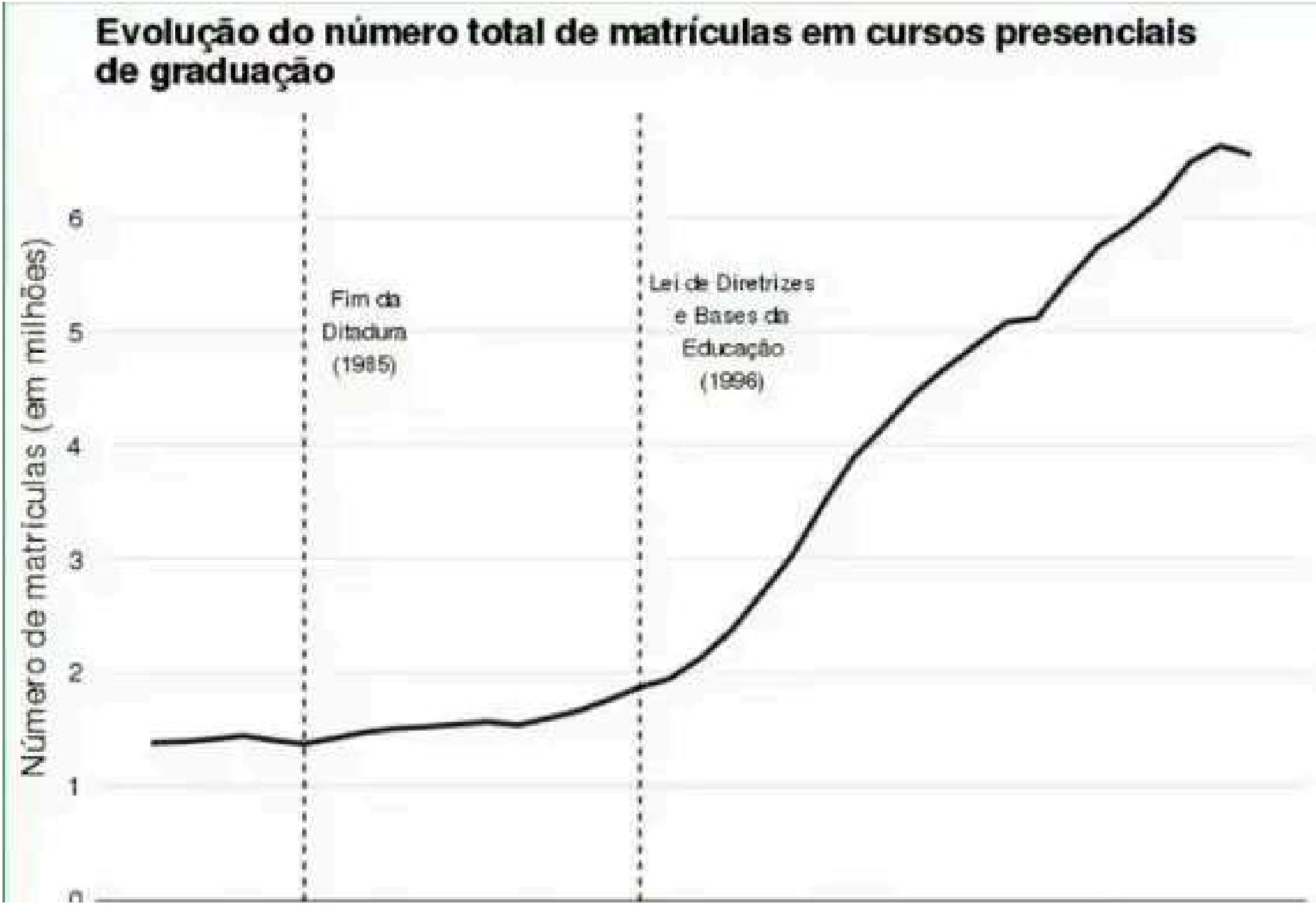
Você já ouviu falar que, antigamente, a escola pública época era de boa qualidade e só quem estudava em colégios particulares era quem não fosse capaz de acompanhar a rigidez da escola pública?

O que muitos não sabem é que o processo de deterioração do ensino público ganhou força justamente no regime militar.

De fato, os governantes do período conseguiram reduzir a taxa de analfabetismo e estenderam a obrigatoriedade da educação básica. Segundo censos do IBGE, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 33,6% em 1970 para 20% em 1991.

Também houve um foco importante na pós-graduação — especialmente na área de ciência e tecnologia.

No entanto, a ampliação do ensino não foi acompanhada de um aumento dos investimentos em educação. A verba, por outro lado, caiu.


Evolução do número total de matrículas em cursos presenciais de graduação
Número de matrículas (em milhões)
6
5
4
3
2
1
0
Fim da Ditadura (1985)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)

@BRASILEMDADOS

Entre 1980 e 2016, a população brasileira cresceu 1,7 vezes. Nesse mesmo período, número de matrículas no ensino superior público e privado cresceu 4,75 vezes

A Constituição de 1967, aprovada durante a ditadura, trouxe duas alterações que mudariam o rumo da política educacional brasileira.

Primeiro, desobrigou o investimento público mínimo no setor.

No governo anterior, de João Goulart, a legislação previa que a União tinha de investir pelo menos 12% do PIB em educação. Além disso, obrigava Estados e municípios a alocarem 20% do orçamento na área de educação.

Em 1970, esse percentual foi para 7,6% do PIB, caiu para 4,31% em 1975, se recuperou um pouco e atingiu 5% em 1978.

Segundo, os militares abriram o ensino para a iniciativa privada, principalmente no ensino superior.

"O regime militar relativizou o princípio da gratuidade do ensino. O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional", diz à BBC News Brasil Dermeval Saviani, professor emérito da Unicamp e estudioso do tema.

Dados compilados por ele mostram que, de fato, ocorreu no período uma grande expansão do ensino superior. Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%, o ginasial, 332%, o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%.

"E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663", explica Saviani.

Os militares também estenderam a educação básica obrigatória de quatro para oito anos.

"A mudança foi positiva. Mas não foi acompanhada de um crescimento de verbas em igual proporção", afirma o pesquisador.

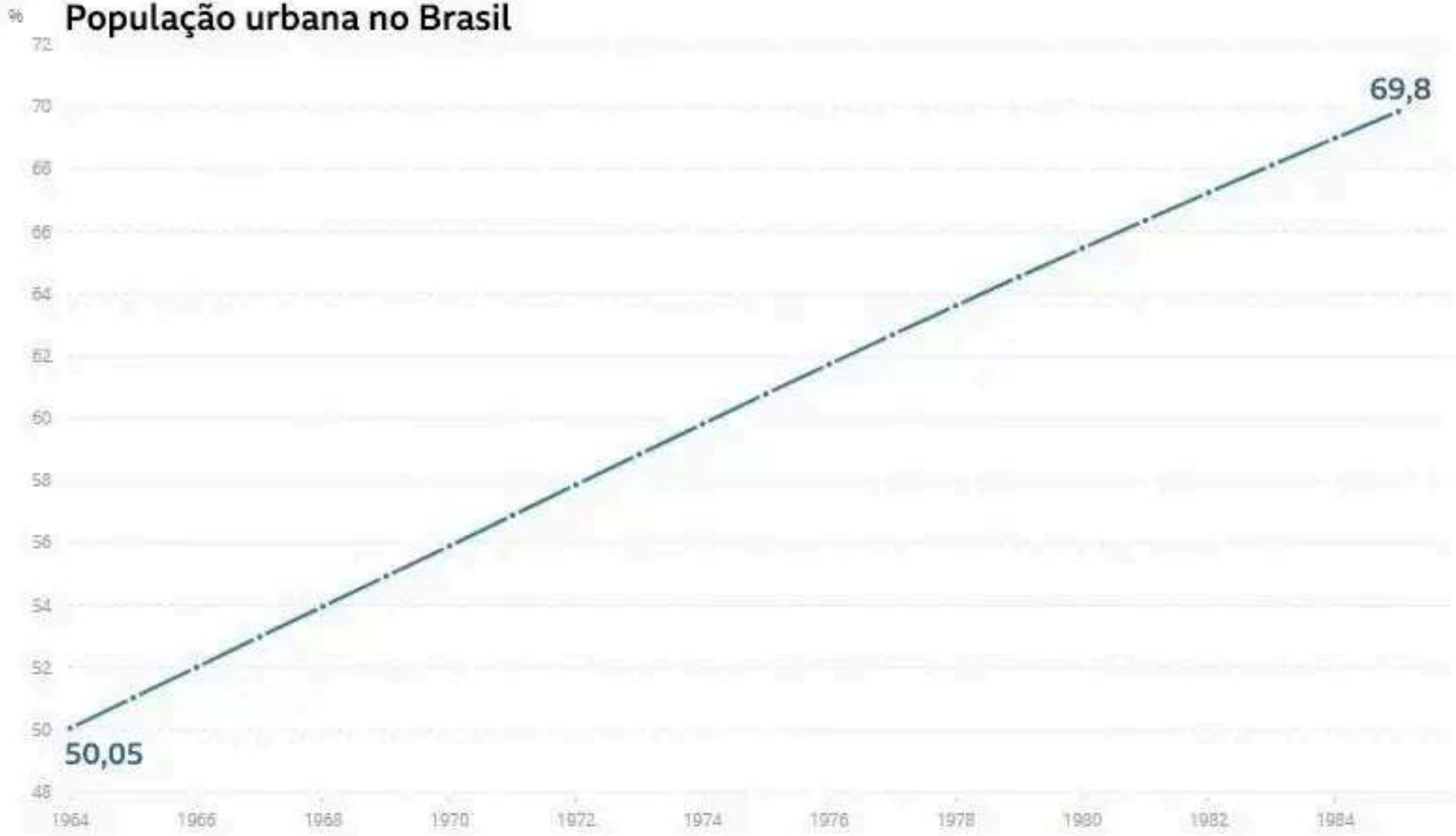
Como resultado, não havia professor para todo mundo e a formação de novos docentes ficou prejudicada. Os salários e as condições de trabalho se deterioraram. O magistério deixou de ser uma profissão cobiçada pela classe média. Foram contratados os chamados professores leigos (sem qualificação pedagógica) para atender a demanda.

No Nordeste, por exemplo, 36% do quadro de docentes tinham apenas o 1º grau completo.

Tudo isso acabou por sucatear as escolas públicas.

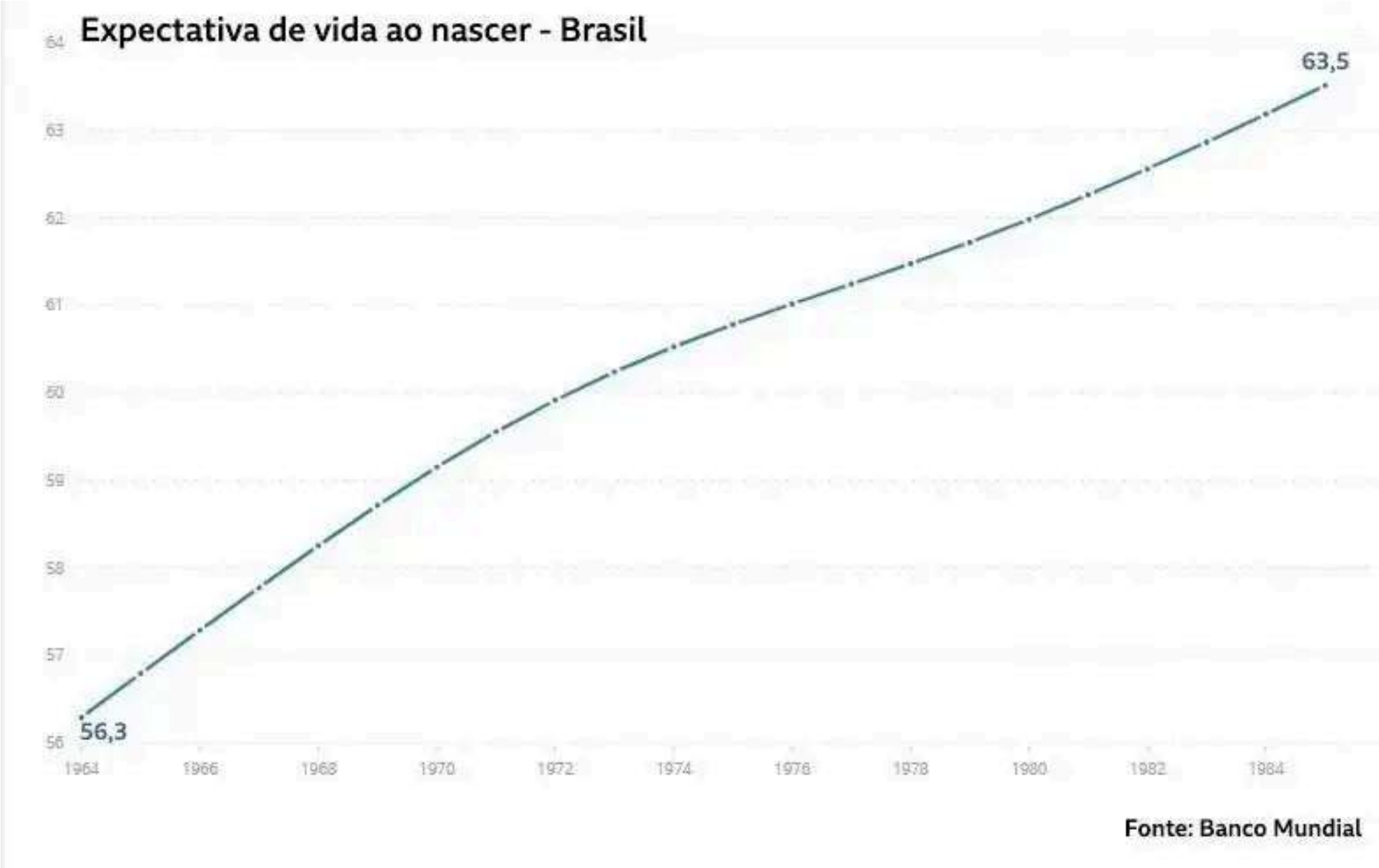
Assim, os filhos da classe média que antes estavam matriculados nas escolas públicas passaram a frequentar colégios particulares. Os colégios públicos ficaram voltados aos mais pobres e esquecidos pelo governo.

Especialistas em educação tendem a atribuir a piora em serviços públicos em várias partes do mundo a medidas que incentivam a migração da classe média para a rede privada, deixando a rede pública desprovida da pressão política por melhorias tradicionalmente feita pela classe média escolarizada e ciente de seus direitos.




Fonte: Banco Mundial

Exôdo rural foi foi mal planejado e nunca pôde ser revertido



# Queda na mortalidade infantil e saúde privada

Na área da saúde, houve avanços. A mortalidade infantil caiu pela metade de 1964 a 1985, e a expectativa de vida subiu de 56,3 anos para 63,5 anos no mesmo período.

Mas apesar do progresso em alguns indicadores, especialistas apontam que o regime militar "privatizou a saúde".

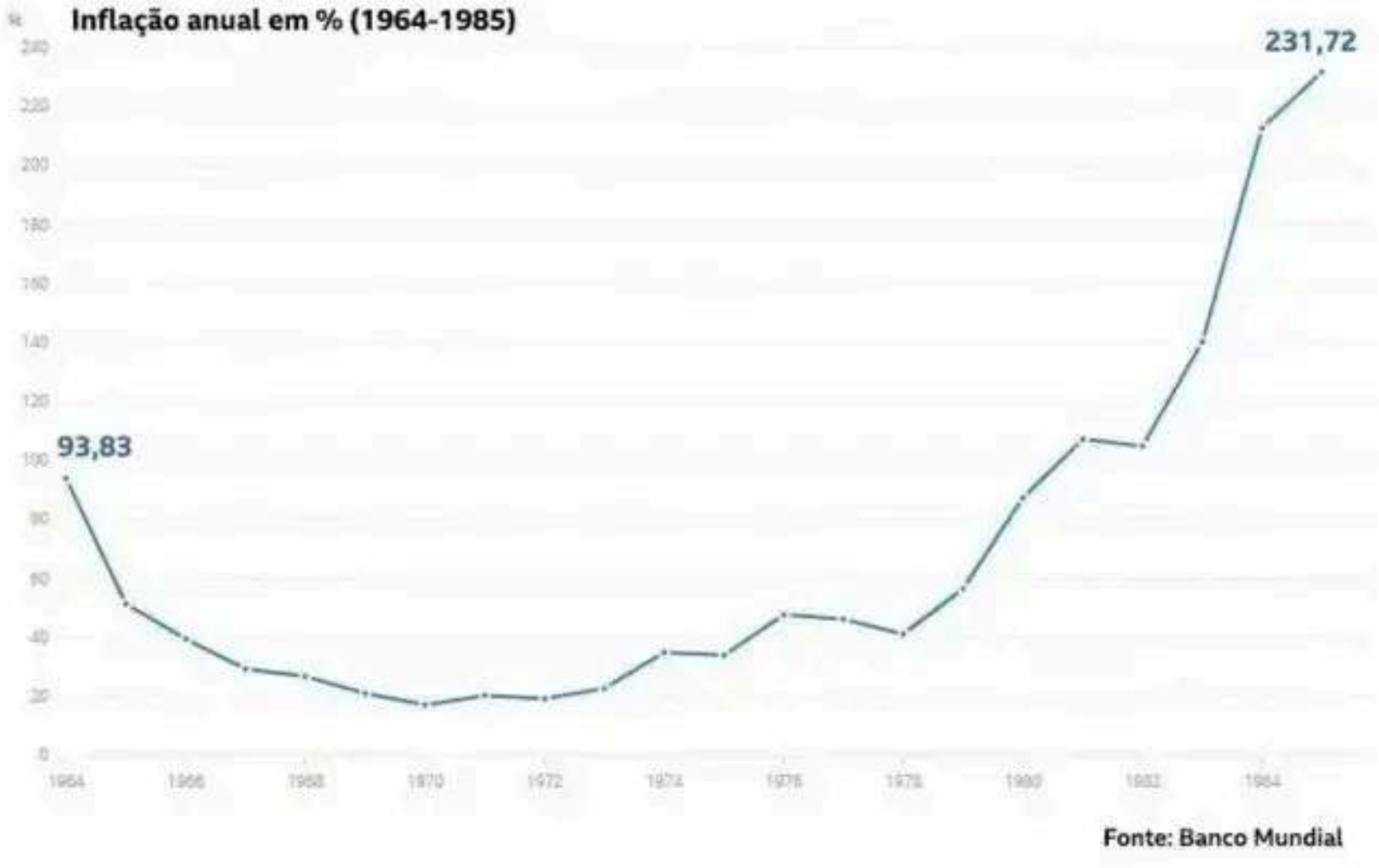
O Estado passou a diminuir sua participação no atendimento à população e foi substituído aos poucos pela rede privada.

De 1964 até 1974, o número de hospitais com fins lucrativos foi de 944 para 2.121.

Já o êxodo rural, a saída do campo rumo às cidades, foi mal planejado e nunca pôde ser revertido. As cidades brasileiras, despreparadas para o imenso contigente de pessoas que chegavam do interior, ficaram inchadas. Sem uma política habitacional efetiva, comunidades pobres, como favelas, se multiplicaram sem acesso a infraestrutura e saneamento básico.

# Ganhos que não se sustentaram

Voltando à economia, o modelo adotado pelo regime militar se mostrou um "castelo de areia", segundo especialistas entrevistados pela BBC News Brasil.




BANCO MUNDIAL COM ELABORAÇÃO BBC

Inflação, que foi controlada de fato no início do regime, explodiu na segunda metade dele

A inflação, que foi controlada no início, explodiu na segunda metade do regime. Em 1985, o índice anual já batia 231%. Quatro anos depois, durante o governo Sarney, eleito indiretamente pelo Congresso, a inflação

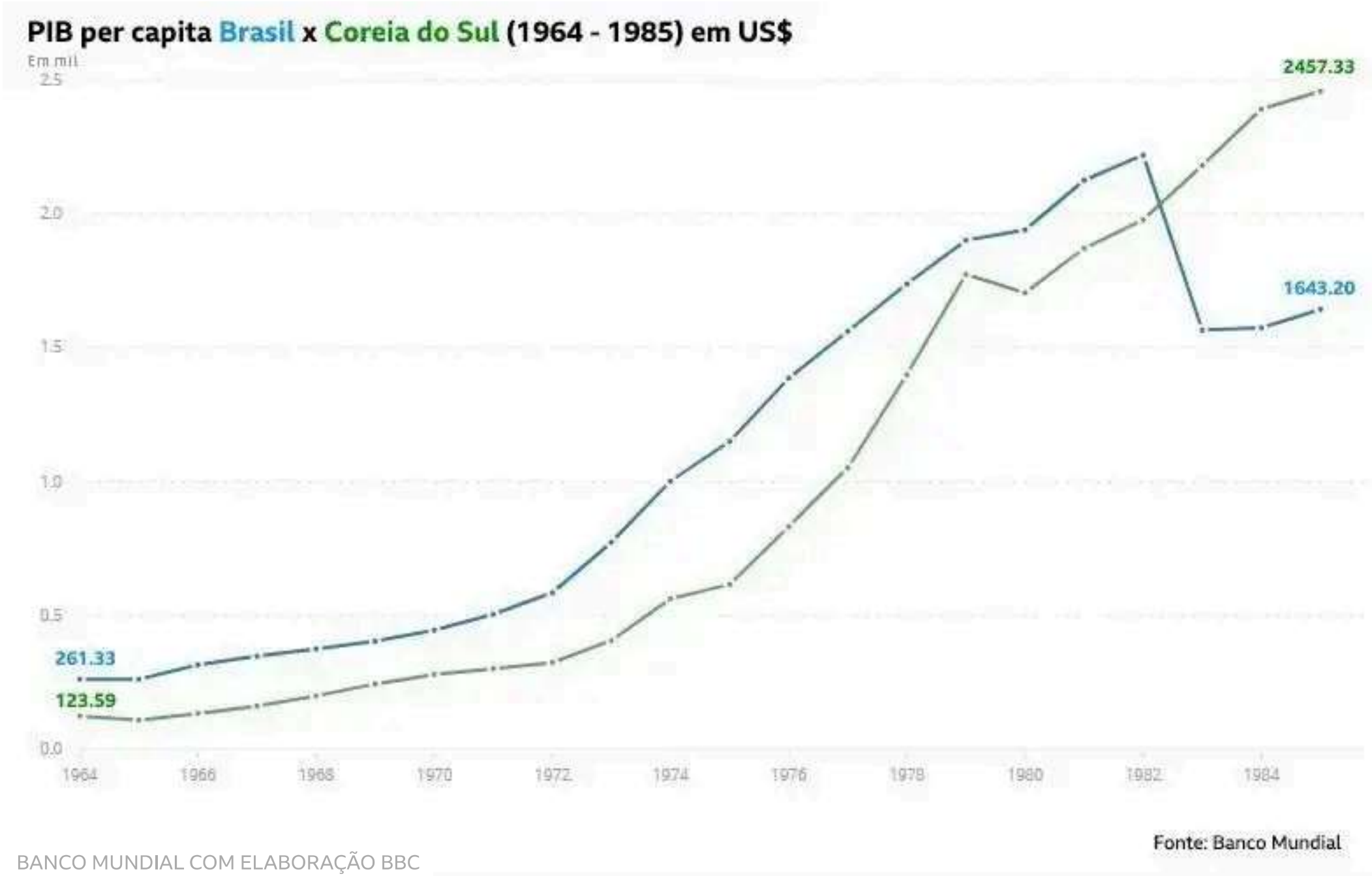
chegou a quase 2.000% em 12 meses.

O endividamento subiu de 15,7% do PIB em 1964 para 54% do PIB quando os militares deixaram o poder, em 1984.

A dívida externa cresceu 30 vezes. Passou de US$ 3,4 bilhões em 1964 para mais de US$ 100 bilhões em 1985.

E ainda que a renda média tenha avançado, o salto brasileiro foi muito inferior ao da Coreia do Sul, por exemplo, cuja trajetória é frequentemente comparada à do Brasil.

Em 1964, o PIB per capita da Coreia do Sul era de US$ 123,59, a metade do brasileiro. Em 1985, quando a ditadura militar brasileira acabou, já era 50% maior do que o nosso (US$ 2.457,33).




BANCO MUNDIAL COM ELABORAÇÃO BBC

Evolução do PIB per capita do Brasil e da Coreia do Sul entre 1964 e 1985

# O dia em que o país "faliu"

Em 1982, portanto ainda no regime militar, o Brasil quebrou. Começava a crise da dívida, no que se convencionou chamar de "década perdida", que pôs fim ao modelo de forte crescimento do país, sustentado no endividamento externo e políticas desenvolvimentistas como a substituição de importações (relançada posteriormente no governo Lula).

Cinco anos depois, o país declarou a moratória: o presidente José Sarney anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado. Não tínhamos mais dinheiro e a inflação estava nas alturas.

Nesse cenário, os militares se despediram do comando. Basicamente, deixaram de presente para a democracia uma conta bem alta, o que se convencionou chamar de "herança maldita".

"As reformas feitas pelos militares foram feitas sem o contraditório da oposição. Foram medidas polêmicas, que implicaram em vencedores e perdedores. Não houve discussão porque o regime era de exceção", diz à BBC News Brasil Claudio Hamilton dos Santos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vale lembrar que naquela época só havia dois partidos — MDB (oposição) e Arena (governista). Vários opositores do regime foram presos ou exilados.

# ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que

visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, dêste modo, " os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

## Tópicos relacionados

Militares Política História Economia Brasil

## Histórias relacionadas

'Ainda estou aqui': por que caso da ditadura relatado no filme segue sem resolução no STF

Como funcionava o SNI, o 'monstro' da repressão criado pela ditadura militar há 60 anos

13 junho 2024

Golpe ou revolução: como guerra de versões persiste 60 anos depois de tomada de poder pelos militares?

29 março 2024

## Principais notícias

Frei Gilson: quem é o sacerdote anticomunista criticado pela esquerda e abraçado pelo bolsonarismo

Há 7 horas

Confisco da poupança por Collor: a estratégia desesperada e fracassada para combater a inflação

Há 1 hora

O crescente movimento de empresas que abandonam políticas de diversidade nos EUA

Há 7 horas

## Leia mais

## Trump é como um caudilho latino-americano, é menos limitado por preocupações morais, diz Joseph Nye

12 março 2025

## Declaração do Imposto de Renda começa na próxima semana: quem precisa fazer, qual é o prazo e outras regras

12 março 2025

## Alerta severo da Defesa Civil: o que é um local seguro para se proteger em caso de tempestade?

12 março 2025

## É seguro voar de avião durante tempestades?

12 março 2025

## Consignado CLT: as regras do novo tipo de crédito lançado pelo governo Lula

12 março 2025

## A surpreendente vitória da oposição na Groenlândia em eleição marcada por ameaças de Trump e independência

12 março 2025

## Proibição de laqueadura e vasectomia em jovens: o que está em jogo no julgamento do STF

12 março 2025

## 'A China considera Putin um fanático obsessivo, mas o quer no poder'

11 março 2025

O que está em jogo em julgamento sobre a morte de Maradona: 'Eles mataram Diego'

Há 7 horas

## Mais lidas

1 Frei Gilson: quem é o sacerdote anticomunista criticado pela esquerda e abraçado pelo bolsonarismo

6 Por que torcidas organizadas de times de futebol se uniram a aposentados em protesto contra Milei

2 O pequeno vilarejo da Dinamarca transformado pelo Ozempic

3 A estrada construída para a COP30 em Belém que vai desmatar a Amazônia

4 A 'corrida armamentista' da Europa para declarar 'independência' dos EUA e fazer frente à Rússia

5 Eclipse Lunar: como ver fenômeno que acontece esta semana

7 Declaração do Imposto de Renda começa na próxima semana: quem precisa fazer, qual é o prazo e outras regras

8 Confisco da poupança por Collor: a estratégia desesperada e fracassada para combater a inflação

9 As chocantes descobertas em local de 'recrutamento e extermínio' de cartel do México

10 Por que agricultores dos EUA estão usando xixi em suas plantações

Por que você pode confiar na BBC

Termos de Uso | Cookies | Do not share or sell my info

Sobre a BBC | Contate a BBC

Política de privacidade | BBC News em outras línguas

© 2025 BBC. A BBC não se responsabiliza pelo conteúdo de sites externos. **Leia sobre nossa política em relação a links externos.**